

ANTERO DE QUENTAL E O CONFRONTO DA REALIDADE PORTUGUESA X MODERNIDADE

FRANCISCO ANTONIO FURLAN

Assim como o Romantismo - período em que se viu imerso Antero quando tomou contato com a vida social do seu país - é uma aceleração do processo histórico, o período relativamente curto de sua vida condensa as diversas fases evolutivas, desde o primeiro Romantismo até as portas do Simbolismo, para nos utilizarmos das divisões da História Literária tradicional. Vamos nos ocupar, nesta manhã, especialmente do momento agudo de reconhecimento da realidade e da conseqüente consciência da defasagem entre a realidade portuguesa e a da maioria do restante do mundo civilizado, defasagem que se não foi apontada pioneiramente por Antero, foi por ele cabalmente demonstrada; e combatida com um grandioso programa de ação e ideação, ainda que algo descontínuo e utópico.

Com o aval da Carta Autobiográfica, de 1887, podemos dizer que pouco antes de entrarem os anos 60 começou a se operar, no poeta ainda adolescente, uma transformação, no contato com o meio acadêmico de Coimbra: a substituição de um lirismo provinciano, da educação católica tradicional, recebida sobretudo de sua mãe, por uma atividade, literária inclusive, de cunho revolucionário, carente embora de coerência algumas vezes, como era forçoso. Este processo, naturalmente iniciado por uma fase de crise pela perda da crença no refúgio divino, determinou, a seguir, e a par de um curso de direito reconhecidamente medíocre, a liderança na atuação dos estudantes contra o espírito universitário litúrgico e imóvel: seja pela saudação feita ao príncipe Humberto de Itália em 62, não por representar a casa de Sabóia, mas por ser filho de Victor Manuel, revolucionário amigo de Garibaldi; seja pelo conflito com o reitor Souza Pinto; seja ainda pela liderança, em 64, do grande êxodo dos estudantes para o Porto, a "Rolinada", que viraria tradição.

Conseqüência mais importante historicamente, porém, foi a produção das **Odes Modernas**, iniciada em 63, mas cuja publicação só ocorreu em 65, tornando-se o "pivot" da famosa Questão Coimbrã que, por sua vez, praticamente terminará com o ultra-romântico duelo entre Antero e Ramalho. Esse livro foi o principal atacado, juntamente com o **Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras**, de Teófilo Braga, no prefácio ao **Poema da Mocidade**, de Pinheiro Chagas, redigido pelo velho poeta Castilho, então espécie de padrinho oficial de alguns escritores da nova geração. Castilho acusava os dois escritores conterrâneos de obscuridade de idéias no tratamento de temas que nada teriam a ver com a Poesia, em poemas a que faltariam bom senso e bom gosto. Tal acusação inseria ambos num certo grupo de estudantes plumitivos, por sinal bastante numeroso, mas ao qual nenhum dos dois pertencia. Antero reage com violência a este ataque publicando, em Novembro de 65, sob a forma de carta aberta a Castilho, o folheto "Bom senso e Bom Gosto", título-

paródia da formulação que o atingira e, posteriormente, sub-título da “Questão”, que com este folheto é então desencadeada.

De todo o conjunto de textos que compuseram a “Questão”, vale dizer, de todo o conjunto de ofensas que de lado a lado se fizeram, nada se aproveitou a não ser o avivamento do interesse pela atividade literária. O próprio folheto de Antero tem mais de irreverência vingativa do que de exposição de idéias e defesa de posição, e, no que tem disso, não vai além do que aparecera nas **Odes Modernas**, quer nos poemas, quer na “Nota (sobre a missão revolucionária da poesia)”. Está lá como que um programa, poética e doutrinariamente mais ou menos organizado, produto da Universidade de Coimbra: a dialética de Hegel como modo de especulação filosófica e o culto das idéias emprestadas principalmente de Proudhon, Michelet e Renan. Assumindo a ação cultural da Igreja e dos governos despóticos como **tese**, o Poeta teria que, necessariamente, se situar na **antítese**, para conseguir a síntese almejada (Justiça, Razão e Verdade). Eis como se inicia a Nota:

“Este livro é uma tentativa (...) para dar à poesia contemporânea a cor moral, a feição espiritual da sociedade moderna (...) isto é, a forma mais pura daquelas partes soberanas da alma coletiva de uma época, a crença e a aspiração (...) - a Poesia moderna é a voz da Revolução - porque revolução é o nome que o sacerdote da história, o tempo, deixou cair sobre a fronte fatídica do nosso século.”¹

E eis como termina esse programa revolucionário:

“Reconstrução do mundo humano sobre as bases eternas da Justiça, da Razão e da Verdade, com exclusão dos Reis e dos Governos tirânicos, dos Deuses e da Religiões inúteis e ilusórias - é este o mais alto desejo, a aspiração mais santa desta sociedade tumultuosa que uma força irresistível vai arrastando, ainda contra a vontade, em demanda do mistério tremendo do seu futuro”²

Um mês depois de iniciada a polémica, Antero publica seu segundo folheto, “A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais”, que, não deixando de incorrer nos mesmos erros do opúsculo anterior, é mais sobriamente escrito e traz uma argumentação bastante consistente, inclusive com provas retiradas da obra de Castilho. Neste escrito fica claro que o seu protesto é contra o idealismo subjetivo e formal e contra a consagração gratuita de certas autoridades das Letras (representadas no autor da **Noite do Castelo**). Foram estes os dois únicos textos com que contribuiu Antero para a polémica; Castilho permanecera em silêncio durante toda ela; e os demais polemistas, Teófilo Braga inclusive, nada acrescentaram, antes obscureceram a causa em questão.

Como vemos, poucos motivos há para valorizarmos a Questão Coimbrã por si. Menos há ainda para, como também se tem feito, a tomarmos como marco entre o Romantismo e o Realismo portugueses. A sua verdadeira importância, além do aludido incentivo ao interesse pela atividade literária, foi a formação de um grupo, conquanto pequeno, que viria a se reunir novamente, desta feita em Lisboa, num “Cenáculo” em casa de um deles. Para essas reuniões Antero é dos últimos a chegar, em 71, depois de uma série de viagens, de um projeto de se alistar no exército de Garibaldi e de uma experiência de cinco meses como operário tipográfico em Paris. E chega justamente para reassumir seu papel de líder e mentor, praticamente impondo aos amigos ainda envolvidos na boémia e no satanismo a leitura dos seus

mestres, que, agora, decorridos mais cinco anos de sua fase diretamente combativa, ele assimilara mais criticamente. Outros foram se integrando àqueles rapazes de Coimbra, como Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro e, entre outros, o próprio Ramalho Ortigão, influenciado por Eça de Queiroz, seu ex-aluno. Este ano de 1871 é marcado por uma série de avanços e perspectivas de avanços liberais em toda a Europa: fim da unificação da Itália, queda do II Império francês, organização da Comuna de Paris, grande ebulição na tentativa de afirmação da I República - anárquica - espanhola e fundação, por José Fontana e Antero, do núcleo português da Internacional. Com estes alentos todos, mais a solidez que atinge o grupo do "Cenáculo" no que diz respeito às leituras e reflexões, e ainda o apoio administrativo de José Fontana, o nosso Poeta empreendeu a organização das "Conferências Democráticas" na sala do Cassino Lisbonense, conferências cujo ideário, fundamentalmente proudhoniano, Antero assim resumiu na carta-convite a Teófilo Braga:

*"Seremos, em religião, pelo sentimento criador do coração humano, contra os mitos doutrinários das teologias: Seremos, em política, pelo governo do povo pelo povo; em sociologia, pela emancipação do trabalho; em literatura e arte, pelo fim social e civilizador da arte e literatura, combatendo as tendências egoístas e esterilizadoras que hoje predominam."*³

Antero ainda redigiu a Carta-programa das Conferências, "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos", que depois reconstituiria num texto escrito, segundo ele em tudo - à exceção do estilo - fiel à sua forma e conteúdo originais. É este texto, verdadeiro atestado daquela defasagem cultural, política e econômica da Península Ibérica em relação à Europa dita civilizada, que passamos agora a analisar mais detidamente.

Trata-se de um discurso persuasivo, onde ainda encontramos algo do tom exaltado do polemista. Tanto que Antero abre-o propriamente interpelando a consciência do Povo da Península procurando dar à sua reflexão, para usar suas próprias palavras, o sentido de um "ato de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar"⁴. E, se declara, repetindo a Carta-programa, não esperar pronta adesão às suas idéias, mas engajamento solidário e tolerante nas discussões para uma caminhada em direção da verdade, afirma, por outro lado, ser incontestável um fato: a decadência da península nos séculos XVII, XVIII e XIX.

Quanto à inclusão da Espanha como mote de seu texto - perfeitamente justificada pelas semelhanças entre as atuações históricas dos dois países - esta deve-se também, por um lado à idéia já defendida em seu folheto de 68, "Portugal perante a Revolução da Espanha", da formação de uma Federação de Repúblicas Democráticas Ibéricas, idéia ora reavivada pela efervescência do movimento republicano naquele país. Por outro lado, esta inclusão tem também uma função argumentativa muito importante no texto das "Causas...": dar maior realce à decadência em contraste com a energia e esplendor do final da Antiguidade (resistência da Península ao Império Romano), com o federalismo e descentralização do poder durante toda a Idade Média (relativa fragilidade do poder do senhor feudal), e com o poderio dos dois países no primeiro período da Renascença (domínio pelos descobrimentos). Dessa forma, também quando Antero fala da notoriedade peninsular no mundo da inteligência, da Idade Média até o final do século XVI, exemplificando desde as várias ciências - inclusive a religiosa - passado pela filosofia e indo até as várias ar-

tes, a lista de exemplos resulta muitíssimo considerável e contrastante com o quadro, dado imediatamente a seguir, da situação em que se achou a Península em apenas 50 ou 60 anos relativamente às nações então em desenvolvimento, nas mesmas ciências, filosofia e artes. Isso tudo pela ausência de grandes homens:

“...aparece franca e patente (...) a nossa improcrastinável decadência (...) em tudo; na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, e como consequência de tudo isto, nos costumes.”⁵

Cabe uma observação: a ausência dos nomes de Cervantes e Vieira no retrato da Península de após o século XVI, claro está, deve-se a que tais lembranças diminuiriam um pouco daquele contraste, no que diz respeito às Artes e, por conseguinte, enfraqueceriam a argumentação na mesma medida. Cervantes nunca será lembrado em todo o texto da Conferência; e Vieira só o será para que a sua **Arte de Furtar** exemplifique, ao lado da **Carta de Guia de Casados**, das “Farsas populares” portuguesas e dos “Romances picarescos” espanhóis, o reflexo, na Luiterratura, da degeneração dos costumes.

Da constatação e situação temporal da decadência, Antero propõe um método de investigação para suas causas:

“Examinemos os fenômenos que se deram na Península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aparecem os germes, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro caráter. Se esses fenômenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da atividade nacional, desde a religião até a indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos - estarei autorizado a empregar o argumento (neste caso, rigorosamente lógico) (...) e a concluir que é nesses novos fenômenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da Península.

Aqui não podemos deixar de ver uma tautologia, ou um sofisma, uma vez que Antero coloca, nas condições de aplicabilidade de seu método, duas das três conhecidas causas que ele atribui ao seu objeto de investigação. A primeira, moral, a transformação do Catolicismo pelo Concílio de Trento; a segunda, política, o estabelecimento do Absolutismo; e a terceira, econômica, o desenvolvimento das Conquistas longínquas. Três fenômenos diametralmente opostos aos três norteadores do progresso nas nações que tomavam então a dianteira na civilização: ponto por ponto, a liberdade moral conseguida pela Reforma ou via Filosofia; a elevação da classe média; e a indústria.

O Catolicismo do Concílio de Trento foi, para Antero, a causa culminante da decadência moral. Se não inaugurou o despotismo religioso, organizou-o de maneira completa e inédita, isto é, finalizou o processo de substituição do sentimento cristão pela pura legislação romana. Paradoxalmente convocado por insistência dos bispos que viam a necessidade urgente de os latinos fazerem sua reforma, liberal, uma vez que os germânicos haviam feito a sua, uma reação do sentimento cristão contra o despotismo, o Concílio de Trento determinou a total extinção do cristianismo primitivo, com a vitória do Papado sobre o plano de reforma episcopal. Embora inconscientemente, os bispos tinham um plano revolucionário de

reforma, que se assentava em três pontos básicos:

1 - a sua própria independência, o fortalecimento das igrejas nacionais e o parlamentarismo religioso pela convenção dos Concílios,

2 - o casamento para os padres, caminho para a secularização da igreja, e

3 - restrições aos benefícios para os membros do clero. Roma, por sua vez, tendo que ceder à convocação do Concílio, o faz com duas alterações fundamentais:

1 - só os legados do Papa poderiam propor reformas, e

2 - o voto por cabeças em lugar do voto por nações, com o que, levando-se em conta que Roma sozinha contava com 187 votos contra 60 das demais nações reunidas, o Concílio deixou de ser universal para ser, na verdade, unicamente romano.

Tais alterações anularam as decisões dos demais: a causa inicial estava, portanto, perdida desde o primeiro dia dos 16 anos de trabalhos dos cinco papas e das centenas de bispos, arcebispos etc. que tomaram parte no Concílio. Como resultado, foram aprovadas uma série de decisões despóticas, das quais Antero, na sua Conferência tal como ela aparece em texto, julgou mais importantes as seguintes:

1 - Introdução do dogma do pecado original, o mais hostil à razão, verdadeira sentença de escravidão moral, nunca antes definido, apenas tratado no insignificante Concílio de Orange, de 529, onde participaram apenas 13 bispos gauleses.

2 - Confirmação e alargamento do alcance do dogma da Eucaristia, ou da presença real de Cristo no pão e no vinho depois da consagração. Tal dogma só fora vagamente definido no 4º Concílio de Latrão.

3 - Obrigatoriedade da Confissão. Antes facultativa, teve a liberdade reduzida, é certo, no 4º Concílio de Latrão, mas nunca fora tão detidamente estudada como na 14ª sessão de Trento. Quanto à parte disciplinar e às relações da Igreja com o Estado foram as seguintes as determinações mais significativas, sempre segundo o texto anterioro:

1 - A independência das Ordens, dos bispos, passando elas a dependerem quase que exclusivamente de Roma.

2 - A impunidade para o clero, uma vez que só o Papa, pelos seus comissários, poderia julgar os bispos e os padres.

3 - Restrições à leitura da Bíblia por seculares.

4 - Imposição da política romana sobre as nações.

5 - A superioridade do Papa sobre os Concílios.

6 - A redação de um Catecismo.

As decisões tridentinas tiveram influências diretas sobre a política e economia dos povos, tais como a Guerra dos 30 anos, o empecilho do Papado à unificação da Itália e o massacre gradativo da Polónia, cuja espoliação afinal se deu em 1772. Particularmente na Península, as influências desse Catolicismo, segundo nos diz Antero, tiveram peso aniquilador. Pela Inquisição, a indução do povo à hipocrisia e à delação, a expulsão dos Judeus e Mouros, que empobreceu as duas nações, paralisou o comércio e a indústria, a perseguição aos cristãos-novos, que esvaziou

os capitais, e, por fim, o terror levado até as colônias, que impediu a fusão harmônica dos conquistadores e conquistados. Pelo jesuitismo, o desaparecimento do sentimento cristão, dando lugar a sofismas de uma consciência religiosa descompromissada com o desenvolvimento das inteligências populares, a promoção de uma educação por métodos de ensino brutais, esterilizadores, que implicaram uma queda do gênio livre e a conseqüente decadência nas artes e nos costumes. Aqui havemos de relativizar um pouco tais afirmações, lembrando que os Jesuitas devotavam grande respeito às atividades da inteligência e, conseqüentemente, à educação: conquanto, claro, não fosse de forma alguma uma educação socializada como queria Antero, o certo é, porém, que nem sempre os Jesuítas impunham o rigor dessa educação a que se refere o texto das "Causas..."

Outro modo de atuação do despotismo religioso foi o de abrir caminho para o despotismo dos governos, como é exemplo principal a política externa, que em vez de cuidar dos interesses nacionais obedecia, muitas vezes, aos interesses de Roma, uma vez que os reis peninsulares eram católicos por excelência: a aceleração da queda de Portugal pela inconseqüência da fé católica e cega de D. Sebastião é fato dos que melhor ilustram isto. Mas, sobretudo, esse Catolicismo é causa de decadência pela sua influência na moral das individualidades:

*"Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos pontos mais essenciais da vida moral, no crer, no sentir - no ser: envenenou a vida nas suas fontes mais secretas. Essa transformação da alma peninsular fêz-se em tão íntimas profundidades, que tem escapado às maiores revoluções; passam por cima dessa região quase inacessível, superficialmente, e deixam-se na sua inércia secular. Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta. Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do Catolicismo de Trento"*⁷

Na análise das outras duas causas Antero se demora bem menos, o que também demonstra a sua intenção precípua de uma atuação moral com a sua Confeção. O Absolutismo, na Península sobretudo, veio destruir as instituições locais: os municípios perderam sua autonomia, as classes sociais inferiores perderam mesmo aquela representatividade que possuíam nas Cortes medievais, enfraqueceram-se as associações de trabalho e as Comunas caíram, como na Espanha, em combates sangrentos. A centralização absoluta do poder fez com que ele ficasse todo, muitas vezes, nas mãos de reis devassos, desordeiros, ignorantes e vis... ou loucos como D. Sebastião, que, *"se não fosse absoluto, não teria ido enterrar em Alcácer Quibir a nação portuguesa, as últimas esperanças da pátria"*⁸. Notemos o vigor com que, pela segunda vez, Antero repudia a memória de D. Sebastião, imolando - como fizera em 65 com a tradição literária das velhas gerações - um dos valores mais característicos da cultura portuguesa.

Falando no Absolutismo de a partir do século XVI, Antero não tinha como evitar falar na França, poderoso contra-argumento para a sua tese, que, para um leitor mais crítico, ele não conseguiu contornar. Apenas afirmou vagamente que as monarquias francesas ajudavam o povo e que, sob elas, a burguesia começava a se erguer na França de então, contrastando com a Península, onde se governava pela e para a nobreza, donde a vinculação da terra pelos morgados, criando-se as imen-

sas propriedades e extinguindo-se os pequenos proprietários. Resultado: a agricultura caiu violentamente, o mesmo acontecendo com a população, sem com isso diminuir-se a miséria

E Antero finaliza chamando a atenção também para as influências deletérias e duradouras do regime sobre a capacidade de ação das pessoas:

“Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje a não compreende, nem sabe usar dela.”⁹

Quanto às Conquistas, falar delas como causa de decadência é por si só, como diz o próprio Antero, quase um sacrilégio, por ser talvez o maior orgulho do povo peninsular, o feito mais bem guardado em sua memória. Porém, para o nosso Poeta trata-se de um erro econômico gravíssimo, posto que de inegável valor do ponto de vista heróico:

“Quisemos refazer os tempos heróicos na idade moderna: enganámo-nos; não era possível; caímos.”¹⁰

A economia da idade moderna deve se assentar sobre o trabalho e as indústrias, uma vez que as riquezas da exploração, estereis se não devidamente aplicadas, na agricultura e demais indústrias cedo se acabam: muito naturalmente Antero assume as idéias de Adam Smith, n’ **A Riqueza das Nações**. Como prova, lembra a prosperidade da Inglaterra com a aplicação das riquezas obtidas da Índia, Austrália, e do comércio do mundo; isso em oposição à *“indústria perdida, [ao] comércio arruinado, [à] população diminuída, [à] agricultura decadente, e [a] esses desertos da Beira, do Alentejo, da Estremadura Espanhola, das Castelas, aonde não se encontra uma árvore, um animal doméstico, uma face humana.”¹¹*

Além disso, Antero fala da ação abominável sobre as colônias, das Conquistas, tal como foram levadas a cabo pela Península - e mais especificamente por Portugal. Agora sem o apoio de qualquer cientista econômico, e certamente movido pelo seu ideal socialista, afirma que só o trabalho livre é produtivo, enquanto o escravo é esterilizador e, para provar, compara o Norte dos Estados Unidos ao Sul, e os Estados Unidos como um todo ao Brasil; mais: lembra a Austrália que *“tem feito em menos de 100 anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravatura”¹²*. E arremata:

“Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa da África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios! Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual - o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras...”¹³

Praticamente finalizando a Conferência, o poeta açoriano dá a “receita” para a integração da Península na vida da Europa culta:

*“Oponhamos ao **catolicismo** (...) a ardente afirmação da alma nova,*

a consciência livre, a contemplação direta do divino pelo humano (...), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. Oponhamos à monarquia centralizada (...) a federação republicana de todos os grupos autonômicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um caráter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras. Finalmente, à inércia industrial, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro.”¹⁴

Este trecho é bastante para demonstrar que as idéias de Antero não se confundiam com aquelas que as correntes republicanas pretendiam implantar em Portugal; é bastante também para demonstrar que integrar-se à vida da Europa culta não significava para ele, ingenuamente, copiar qualquer dos modelos vigentes ou por se estabelecer. Se ingenuidade havia, esta era devida à forma pela qual Antero pensava atingir a sua República Social: fundamentalmente, a revolução proudhoniana, a educação popular, a propagação do livre associacionismo, pouco a pouco, a toda a vida social, sem apelo à luta de classes, mas pela gradual extinção delas, pela mutualidade do capital e do crédito, até que só houvesse uma classe ao mesmo tempo de pequenos proprietários e trabalhadores livres. Não levaria mais de oito anos, porém, para que Antero assumisse a novíssima revolução alemã, mormente quando o Partido Republicano, fundado em 76, conseguiu dinamismo e audiência tais que enfraqueceram o socialismo lusitano. Vejamos como ele aparece no artigo “Lopes de Mendonça”, de 80, motivado também pela intensa propaganda republicana, ou de Teófilo Braga, que vinha há tempos traíndo, num certo sentido, seu antigo companheiro de luta:

“O espírito inexorável da guerra social soprou sobre a Europa e é para a guerra que caminhamos, é só pela guerra que será cortado o nó dos problemas que a mão suave da fraternidade não vingou desatar. A revolução socialista, que se aproxima, não será uma poética mascarada republicana como a revolução de 1848, mas uma séria tragédia histórica. As classes não se convertem: podem morrer, mas morrem impenitentes.”¹⁵

Mais adiante, no mesmo opúsculo, ele é ainda mais categórico:

“O que trazia no ventre a fraternidade de 1848? uma desilusão amarga e logo os furores da reação, o desespero das insurreições, o encarniçamento da repressão, sangue, ódios, ruínas sem conta... Eis a vegetação sinistra que cresceu à sombra das árvores da liberdade, plantadas nas praças como penhor de paz e fraternidade. Talvez que o Socialismo, caminhando agora armado e em ordem de batalha, e sabendo bem que os que encontrar em frente de si não são incrédulos a converter mais inimigos a aterrorizar e a destruir, sendo preciso, consiga mais com menos custo de sangue.”¹⁶

Mas voltemos ao ano de 1871 para finalizar esta comunicação, que sem dúvida vai muito longa. As falácias argumentativas do texto da Conferência, que afinal são poucas - mesmo deixando uma margem para aquelas que porventura hoje nos escaparam - só nos ajudam na identificação da intenção de Antero - como se isso fosse tarefa difícil: um "tratamento de choque" no povo peninsular, principalmente o português, uma tentativa de tirá-lo de sua sonolência e chamá-lo à ação, ou ao menos à consciência do que à sua volta se passava, daí a violência do texto.

A sala do Cassino usada para as Conferências foi fechada em 26 de junho, por um oficial da polícia, quando apenas mais duas delas ocorreram. Antero não se conformou facilmente com isso: redigiu um "Protesto contra o Encerramento da Sala das Conferências", no mesmo dia que, diferentemente da Carta-Proposta que contara com doze assinaturas, levou apenas cinco; redigiu também um texto suicida em 4 de julho, Requerimento ao Procurador-Geral da Coroa, pedindo para os abaixo-assinados serem criticados na forma da lei, para responder ao delito que cometeram, se algum houve, uma vez que agiram dentro dos direitos assegurados pela Carta Constitucional portuguesa. Apenas Jaime Batalha Reis assinou com ele. Sequer mais essa oportunidade de falar lhe foi dada. Publicou então um texto violentíssimo, na forma de Carta aberta ao presidente do Conselho de Ministros, o Marquês d'Ávila, responsável pelo fechamento, e uma mordaz "Resposta aos Jornais Católicos", dois textos assinados apenas por ele. Sua derradeira tentativa, uma "Representação à Câmara dos Deputados", de 1º de Agosto, que Jaime Batalha Reis também assinou, pedia que o Marquês D'Ávila fosse indiciado, por violação da Carta Constitucional. Claro, nada aconteceu: final melancólico para tão grande projeto, o das Conferências.

Melancólico também é o tom da maioria das composições poéticas anteriores, e de uma carta ao amigo Oliveira Martins, muito tempo após seu período combativo e agressivo, de 1890, ano do "Ultimatum" inglês, e ano anterior ao do seu suicídio em Ponta Delgada, nos Açores:

"Pobre Portugalório! Já me passou o azedume de outros tempos, e agora, considerando o que espera esta pobre gente, que afinal é tão boa gente, sinto dor verdadeira." 17

NOTAS

1. **Odes Modernas**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926. 4ª ed. p. 195.
2. *Idem*. p. 198.
3. **Cartas de Antero de Quental**. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1921. p. 279.
4. "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos" in **Prosas sócio-políticas**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, [1982] p. 256.
5. *Idem*. p. 263.
6. *Idem*. p. 268.
7. *Idem*. p. 282.
8. *Idem*. p. 284.

9. Idem.p.285.
10. Idem.p.286.
11. Idem.Ibidem.
12. Idem.p.290.
13. Idem.Ibidem.
14. Idem.ps.294-5.
15. "Lopes de Mendonça" in **Processos sócio-políticos**, op.cit.p.426.
16. Idem.ps.426-7.
17. **Cartas de Anthero de Quental**. op.cit.p.261.